

Em estudo, a revisão do salário mínimo

O reajuste do salário mínimo em maio deverá ser maior do que nos anos anteriores. A equipe econômica está estudando várias opções de correção dos atuais R\$ 130 para propor ao Congresso, mas sabe que a taxa de inflação na faixa de 16,8% estimada para 1999 exigirá um aumento mais expressivo do que os concedidos nos últimos anos.

Desde o fim da indexação da economia, decretada com o Plano Real em 1994, não existem regras para o reajuste do salário mínimo, que representa 65% dos benefícios pagos pela Previdência Social. Nos últimos anos, a correção foi definida com base em uma cesta de índices, mas sempre em percentuais acima da inflação passada. No ano passado, por exemplo, quando a inflação registrada nos últimos doze meses anteriores a maio estava em 6% o reajuste foi de 8%.

Uma fonte da equipe econômica informou que as metas fiscais - a economia que o setor público vai gerar neste ano, incluindo o resulta-

do da Previdência Social - contidas na revisão do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) consideram o reajuste do salário mínimo em bases diferentes daquelas adotadas nos quatro anos do Plano Real.

Dos 18,2 milhões de benefícios pagos pela Previdência Social, 11,7 milhões de aposentados e pensionistas recebem um salário mínimo. "Essa é uma decisão mais política do que técnica, mas está claro que uma taxa maior de inflação vai impor um reajuste mais elevado do salário mínimo", acrescentou a fonte.

O Memorando de Política Econômica negociado entre o governo brasileiro e o FMI prevê que a inflação acumulada no primeiro semestre deste ano ficará em torno de 10%. A partir de julho, no entanto, a taxa mensal cairia para a faixa de 0,5% a 0,7% nos últimos meses, ficando em 16,8% na média de 1999. Nos últimos meses encerrados em janeiro último, a inflação foi de 1,97%, de acordo com o IGP-DI.